

Ata número Treze

-----Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão de reuniões da Sede da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), sito na Rua Reitor Teixeira Guedes, nº2, em Faro, uma Assembleia ordinária deste União de Freguesias, convocada a vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, Ezequiel Mendonça Canário, nos termos do disposto no artigo 11 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com os números 1, 2 e 3 do artigo 3º da Lei nº. 1-A/2020 de 19 de março, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**Ponto um:** Período antes da ordem do dia; -----

-----**Ponto dois:** Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público; ---

-----**Ponto três:** Verificação da conformidade dos requisitos do exercício de funções a meio tempo de dois vogais do executivo; -----

-----**Ponto quatro:** Apreciação e votação dos documentos previsionais para 2025 – Opções do Plano e Orçamento; -----

-----**Ponto cinco:** Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da União das Freguesias de Faro (sé e São Pedro); -----

-----**Ponto seis:** Apreciação da Informação escrita do presidente acerca da atividade e situação financeira da União de Freguesias de Faro; -----

-----**Ponto sete:** Apreciação e votação da ata referente à última reunião. -----

-----Verificado o quórum, às vinte e uma horas e cinco minutos, o Senhor Luís Gabadinho, 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia e em substituição do Presidente da Assembleia de Freguesia, Ezequiel Mendonça Canário, deu início à sessão, convidando o membro do PSD, Luciano Santos para o secretariar na mesa, juntamente com a Delmira Silva.-----

-----A reunião teve início com a leitura da Convocatória, seguindo-se a apresentação da correspondência recebida, incluindo alguns pedidos de substituição, os quais se anexam à presente ata.-----

Pedidos de Substituição: Da bancada do PSD – Ezequiel Mendonça Canário, Luis Augusto Moraes Fontinha, Nuno Miguel Lopes da Silva, Florêncio Pereira Vargues, Domingos Antonio Nunes Ramos, Tatiana Rodrigues e Domingos Carreira.-----

-----A deputada Rita Maria Gago Maleita, eleita pelo PSD, renunciou ao mandato, sendo substituída por Margarida Isabel Henriques de Sousa Vasconcelos, que se assumiu como membro efetivo da bancada.-----

-----Relativamente à bancada do Bloco de Esquerda, não se registou a presença de nenhum representante, nem foi apresentada qualquer justificação para a ausência.

-----Na bancada do Partido Socialista, também houve a registar a ausência do membro Luísa Cunha.-----

-----Assim sendo, à hora de início dos trabalhos estavam presentes dezoito membros eleitos na reunião de Assembleia: Do PSD oito membros: Luís Gabadinho, Michael Ferrada, Delmira Silva, Luciano Santos, Margarida Vasconcelos, David Silva, António Palma, Cristiano Palma. Do PS sete membros:

Carlos Gordinho, Ana Luísa Santos, Catarina Sena, Francisco Loulé, Duarte Silva, Nathalie Santos e Paulo Teixeira. Do CDS um membro: Lúcia Santos; Do CHEGA um membro: Filipe Relêgo e da CDU, um membro: Ricardo Catarro.-----

-----Para além dos membros eleitos, também estiveram presentes o Presidente da Junta da União das Freguesias de Faro, Bruno Gonçalo de Azevedo Lage, a Tesoureira, Elisabete Maria Romão Vargues, o Secretário José Jardim de Sousa, os Vogais, Davide Alcaria Domingos Alpestanda, Jorge Manuel Sismeiro Silva Pereira e Ilídia Honorato Sérgio.-----

-----Ao iniciar formalmente a reunião, no Ponto Um, o Senhor Presidente da Assembleia, Luís Miguel da Silva Vicente Gabadinho, depois de ler resumidamente o expediente remetido ao seu cuidado, informou que chegaram à Mesa para serem discutidas nesta reunião de assembleia, quatro Votos de Pesar, um Voto de louvor e duas propostas.-----

-----Prosseguindo com a ordem de trabalhos, iniciou-se a discussão do primeiro ponto, com a leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Tito Olívio, apresentado pela bancada do CHEGA. Em seguida, foi lido o Voto de Pesar pelo mesmo cidadão, apresentado pela bancada do PSD. Após a leitura, ambos os votos foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade.-----

-----De seguida, foi lido o Voto de Pesar por Monsenhor Cónego José Pedro Martins, apresentado pela bancada do PSD, que igualmente foi aprovado por unanimidade.

-----Por fim, procedeu-se à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, respetivas companheiras e pilotos da aeronave acidentada em Camarate.-----

-----Durante o período de debate, o deputado Carlos Gordinho (PS) solicitou a palavra, considerando extemporâneo este Voto de Pesar e anunciando que a bancada do PS iria votar contra este voto de pesar porque já passou muito tempo e o PSD insiste todos os anos em trazer este voto a discussão. A mesma posição foi manifestada pelo deputado Ricardo Catarro (CDU), embora tenha manifestado a intenção não de votar contra como o PS declarou, mas sim de se abster por considerar que não se deve votar contra um voto de pesar de pessoas que faleceram, o que é sempre de lamentar. Em resposta, o deputado Cristiano Palma (PSD) enfatizou que a questão transcende filiações partidárias e escalas temporais tratando-se de um ato atroz contra um Primeiro-Ministro de Portugal, justificando assim a relevância da evocação desta data.-----

-----Seguidamente, procedeu-se à votação, tendo o Voto de Pesar sido aprovado por maioria, com 10 votos a favor (PSD, CDS e CHEGA) e 8 abstenções (PS e CDU).

-----Antes de se passar a leitura do Voto de Louvor foi efetuado um minuto de silêncio em memória dos falecidos.-----

-----Seguidamente, procedeu-se à leitura do Voto de Louvor pela importância do 25 de novembro de 1975, apresentado pelo deputado Filipe Relêgo, da bancada do CHEGA.-----

-----Após a leitura, o deputado Carlos Gordinho (PS) tomou da palavra para se manifestar contra o Voto de Louvor apresentado pelo partido CHEGA, por

Handwritten initials and a number '21' in the top right corner.

considerar inadequado equiparar esta data ao 25 de Abril, sublinhando que se tratam de acontecimentos distintos, sendo que o 25 de novembro continua a gerar divisões na sociedade, ao contrário do 25 de Abril, cuja celebração, há 50 anos, é amplamente consensual. -----

-----O deputado Ricardo Catarro (CDU) também interveio, considerando o 25 de novembro um ato essencialmente revanchista contra a revolução de abril. -----

-----Por sua vez, o deputado Filipe Relêgo (CHEGA) defendeu que o 25 de novembro teve como propósito reafirmar os ideais do 25 de Abril de 1974 e foi o garante da democracia plena em Portugal.-----

-----Submetido a votação, o Voto de Louvor foi aprovado com 10 votos a favor (PSD, CDS e CHEGA) e 8 votos contra (PS e CDU).-----

-----Seguidamente, foi apresentada a proposta "Por uma Mobilidade Mais Inclusiva", pela bancada do PS.-----

-----Após a leitura, a proposta foi objeto de discussão por diversos deputados das diferentes bancadas. O deputado Cristiano Palma (PSD) interveio para clarificar que "lugares de deficiente" não existem, sendo mais adequado referir-se a "lugares para pessoas com mobilidade reduzida".-----

-----O deputado Filipe Relêgo (CHEGA) salientou que esta matéria não é uma competência da Junta de Freguesia, podendo no máximo procurar sensibilizar e reforçar o tema junto da Câmara Municipal de Faro.-----

-----Por sua vez, o deputado Ricardo Catarro (CDU) manifestou concordância com a preocupação levantada, mas discordou da atribuição desta responsabilidade à Junta, razão pela qual declarou a sua intenção de se abster na votação.-----

-----O deputado Carlos Gordinho (PS) defendeu que esta tarefa deveria ser assumida pela Junta de Freguesia, dado que a UFF gere o seu território e, por isso, deveria estar mais atenta a esta questão.-----

-----Uma vez que o executivo da União das Freguesias de Faro foi citado e o seu trabalho referido, juntamente com as suas competências, também pediu a palavra Bruno Lage, Presidente da Junta de Freguesia, que subscreveu a posição de Ricardo Catarro (CDU) sobre as competências da junta e acrescentou que já existe um lugar de mobilidade reduzida junto à sede da União das Freguesias de Faro, e que foi este executivo que teve a oportunidade de o solicitar junto da Divisão de trânsito da Câmara Municipal de Faro, em dezembro de 2013, de forma a servir para além da Junta, o Tribunal e o comércio e os serviços existentes nas imediações.-----

-----Submetida a votação, a proposta foi aprovada com 13 votos a favor (7 do PS e 6 do PSD), 1 voto contra (CDS) e 4 abstenções (CDU, CHEGA e 2 PSD).-----

-----Por fim, foi apresentada a última proposta, intitulada "Promoção de Atividade Intergeracional e Multicultural", pela bancada do Partido Socialista.-----

-----Após a sua leitura, o deputado Cristiano Palma (PSD) solicitou a palavra para manifestar que a proposta foi entregue tardiamente, o que impossibilitou uma análise aprofundada. Acrescentou ainda que a Universidade do Algarve (UALG) é

SE
14

uma entidade independente e autónoma, não considerando, por isso, pertinente a inclusão da União das Freguesias de Faro (UFF) nesta iniciativa.-----

-----O deputado Filipe (CHEGA) também interveio, considerando a proposta confusa, uma vez que atribui mais uma responsabilidade à UFF.-----

-----Submetida a votação, a proposta foi aprovada com 14 votos a favor (7 do PS, 1 da CDU, 6 do PSD), 1 voto contra (CDS) e 3 abstenções (1 CH e 2 do PSD).-----

-----Seguidamente, deu-se início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, não se tendo registado qualquer intervenção por parte do público.-----

-----Ao iniciar o terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage, que prestou as informações à Assembleia, em conformidade com a legislação vigente, referente à verificação da conformidade dos requisitos do exercício de funções a meio tempo de dois vogais do executivo, neste caso do secretário e da tesoureira para o ano 2025.-----

-----Prosseguindo para o quarto ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage, que informou ter convidado, ao abrigo do estatuto do direito da oposição, todos os partidos políticos a refletirem, juntamente com o executivo, sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025. Agradeceu a presença do PS e do CH na reunião de proposta das Opções do Plano e referiu que não foram apresentadas sugestões ou contributos por parte das bancadas.-----

-----De seguida, o Presidente da Junta expôs detalhadamente as onze linhas orientadoras do Plano.-----

-----O presidente Bruno Lage referiu que ao longo destes cinquenta anos de poder local democrático, as freguesias têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento regional e local, na diminuição das desigualdades, no avanço e na promoção de apoios socioculturais às comunidades locais, contribuindo decisivamente para a coesão social e territorial no país.-----

-----Mais acrescentou que em Faro, essa visão não é exceção. Tendo como foco as premissas em cima mencionadas, a política autarca do atual do executivo da Junta da União das Freguesias de Faro tem seguido nos últimos anos, e este ano não é exceção, as diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pela ONU, com foco específico nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aplicáveis à gestão autárquica e às responsabilidades desta Junta de Freguesia.-----

-----De entre os ODS que guiam as políticas locais, destaca-se o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que abrange metas relacionadas à mobilidade sustentável, ao fomento de uma comunidade inclusiva e participativa e à preservação do património cultural e natural. O ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico também se destaca, com metas voltadas para o apoio ao empreendedorismo e para políticas que incentivem o turismo sustentável, promovendo a cultura e os produtos locais.-----

-----A visão do executivo também se alinha com o ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis, centrando-se na redução substancial de resíduos, através de

A G
L'

iniciativas de prevenção, reciclagem e reutilização. Adicionalmente, considera-se essencial o ODS 10 – Redução das Desigualdades, promovendo a inclusão social, económica e política de todos e o ODS 13 – Ação Climática, que reforça a capacidade de adaptação às alterações climáticas e a resiliência a desastres naturais. Por fim, o ODS 14 – Vida Marinha sublinha a importância de reduzir a poluição dos mares, com destaque para a proveniente de atividades terrestres.-----

-----Além desses compromissos, o presidente Bruno Lage ainda referiu que a vitalidade cultural, tratada de forma sustentável, é vista como um eixo transversal que atravessa as dimensões ambiental, económica e social, permitindo a preservação da identidade dos territórios. Uma política de promoção da vitalidade cultural, abrangendo desde o património até às tradições locais, é indispensável para um desenvolvimento sustentável e para garantir uma verdadeira coesão territorial.-----

-----Por isso, o presidente considera que o principal objetivo da atividade do autarca é potenciar qualidade de vida no seu território para os seus habitantes, que se manifesta no grau de felicidade dos mesmos. A procura pela homogeneização de elevados padrões de qualidade de vida nos territórios, pela sua prosperidade económica, sustentabilidade ambiental e equidade social, só resultará na felicidade dos seus habitantes se conseguirmos preservar a sua identidade cultural.-----

-----Neste sentido, as Opções do Plano e Orçamento desta União de Freguesias refletem os objetivos e prioridades programáticas que orientam as atividades planeadas, bem como o compromisso com ações reconhecidas pela sua importância para a nossa comunidade. Este plano para a União das Freguesias de Faro define as principais áreas de intervenção para 2025, sempre em consonância com as competências da autarquia.-----

-----O nosso compromisso é continuar a desenvolver uma política de proximidade, focada no serviço público e na valorização da comunidade. Com essa visão, as atividades planeadas serão realizadas em colaboração com os cidadãos e em parceria com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. Reconhecemos ainda os desafios impostos pela inflação e pela escassez de recursos, que trazem incerteza e exigem medidas eficazes para mitigar seus impactos, especialmente nas áreas social e económica.-----

-----O associativismo, as instituições locais e as iniciativas culturais e desportivas continuarão a ser uma prioridade para este executivo, apesar das limitações atuais.

-----Mais acrescentou que esta União de Freguesias compromete-se, dentro das suas possibilidades, a apoiar financeiramente e logisticamente estas entidades, assegurando a continuidade da solidariedade, do desporto, da cultura e da promoção da identidade da nossa comunidade. Acreditamos que, com o envolvimento de todos, é possível construir uma freguesia mais próspera, com melhor qualidade de vida, maior coesão social e territorial, mais amiga do ambiente e mais solidária.-----

29
16

-----Por fim, mas não menos importante o presidente Bruno Lage sublinhou que daremos continuidade à cedência de viaturas para a atividade das associações e clubes da nossa freguesia, conforme o regulamento em vigor e mantemos a ambição de colaborar com a Câmara Municipal de Faro e outras entidades em ações que promovam a atratividade e visibilidade de Faro e da nossa freguesia, contribuindo para o orgulho de ser farenses, bem como para o bem-estar e para a qualidade de vida da nossa população.-----

-----Relativamente ao Orçamento, foi dada a palavra à Tesoureira da Junta, Elisabete Vargues, que explicou em detalhe como serão suportadas as despesas inerentes ao Plano, apresentando minuciosamente os diversos quadros financeiros.-----

-----A senhora tesoureira, Elisabete Vargues, passou a explicar detalhadamente o orçamento enquanto plano financeiro estratégico onde são apresentadas as previsões de receita e de despesas que a autarquia pretende levar a cabo durante o período de um ano civil, neste caso, desde a 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. Desta forma, começou por apresentar uma breve explicação da forma como foram encontrados os valores existentes nas rúbricas da receita.-----

-----Tal como prevê a Lei n.º 73/2013, a receita das freguesias respeita a 100% da receita do IMI rústico e 1% do IMI Urbano sobre os imóveis existentes na área da freguesia. Este valor prevê-se que seja de 110 000,00€ no ano de 2025. Esta receita tem vindo a diminuir, tendo em conta a diminuição da taxa do IMI por parte do Município, pelo que refletimos este facto neste orçamento. Este valor é o expectável, uma vez que na altura em que este documento foi elaborado a autoridade tributária apenas procedeu ao pagamento de dois terços do valor, sendo por isso mais difícil averiguar o valor real da receita. No que se refere às receitas da Administração Central, foi referido que Orçamento de Estado de 2025, contempla que o valor a receber pela União de Freguesias de Faro, no âmbito do Fundo de Financiamento de Freguesias seja de 512 074,00€ ao qual acresce o adicional de 52 245,00€. As transferências estatais no âmbito do Novo Estatuto Remuneratório dos eleitos locais, deverá ser de 41 500,00€. No âmbito das receitas provenientes da Administração Central (Lei nº 50/2018) para as autarquias locais em realização dos princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, configurado no decreto-lei nº 57/2019, de 30 de abril, foi referido que esta autarquia irá receber 523 548,92€. Este valor advém da celebração do Auto de Transferência de Competências no que diz respeito a; gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público; assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico assim como nos espaços envolventes.-----

-----A senhora tesoureira, lembrou que a União das Freguesias de Faro estabeleceu com o Município de Faro um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, no que se refere à manutenção de passadeiras, caldeiras de ajardinamento, caminhos e arruamentos que sejam propriedade do

X G
f

município assim como a gestão operacional do Cemitério da Esperança. Neste sentido, a comparticipação financeira do município para fazer face ao conjunto de ações que visam assegurar as características técnicas e funcionais dos equipamentos, é de 42 500,00€, enquanto o valor da despesa de mera gestão e manutenção é de 95 200,00€.

-----Por fim foi referido que as receitas próprias da União de Freguesias de Faro são produto da cobrança de taxas provenientes da prestação de serviços de saúde, assim como de taxas de mercados e feiras, registo e licenciamento de canídeos, emissão de atestados, certidões e outros atos administrativos. Tal como ditam as regras provisionais, estes valores são encontrados da média dos últimos vinte e quatro meses até setembro do presente ano. Ou seja, serão considerados valores ainda dos anos de 2022 e 2023. Os valores expectáveis são de 73 406,00 € para as taxas e licenças e de 38 900€ para a venda de serviços correntes. Assim, foi referido que a receita total prevista para o ano de 2025 é de 1 497 239,92 € (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e nove euros e noventa e dois cêntimos), sendo que a receita corrente representa 1 454 739,92€ (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e nove euros e noventa e dois cêntimos) enquanto a receita de capital será 42 500,00€ (quarenta e dois mil e quinhentos euros).

-----Após explicar detalhadamente cada uma das rubricas, a tesoureira, passou a explicar os valores referentes à despesa, fazendo, desde logo, ressalva de que a despesa com remunerações certas e permanentes é aquela que tem o maior peso no orçamento em virtude de ter sido, desde sempre, uma aposta deste executivo, contratar pessoal para poder responder às tarefas inerentes às suas competências. Fazendo uma explanação detalhada de todas as rubricas existentes nesta nomenclatura foi referido que a despesa com pessoal prevista para o ano de 2025 é de 809 850,00 € (oitocentos e nove mil, oitocentos e cinquenta euros).

-----Posteriormente foram explanadas todas as rubricas referentes às despesas referentes à aquisição de bens, sendo que este agrupamento agrega as despesas com a aquisição de bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil previsível não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis. Desta forma, estão aqui contempladas as despesas correntes necessárias ao normal funcionamento dos serviços, inscrevendo um valor de 146 700,00 € (cento e quarenta e seis mil e setecentos euros).

-----No agrupamento referente à aquisição de serviços, foi feita referência às despesas com serviços indispensáveis ao funcionamento da junta que não podem ser, pelas suas especificidades, executados pelos colaboradores desta autarquia. Desta forma, os valores aqui apresentados refletem as despesas correntes necessárias ao normal funcionamento dos serviços, inscrevendo um valor de 416 189,00 € (quatrocentos e dezassete mil, seiscentos e oitenta e nove euros).

-----Para terminar a explicação detalhada sobre o orçamento, a tesoureira referiu o que está contemplado no agrupamento das transferências correntes, assim como nas outras transferências correntes. Após estas explicações a senhora Tesoureira

29
76

colocou-se ao dispor dos eleitos na Assembleia de Freguesia para explicar qualquer dúvida/questão.-----

-----Concluída a apresentação, o deputado Cristiano Palma (PSD) agradeceu a transparência e o nível de detalhe da exposição, destacando o compromisso firme do executivo em governar de forma responsável e eficiente em prol da população.-

-----O membro do CHEGA, Filipe Relêgo, comunicou a sua intenção de votar favoravelmente o documento uma vez que este se apresenta bem estruturado, com muitas atividades relevantes que dizem muito à população e vê com muito agrado a continuação das propostas do CHEGA no documento deste ano.-----

-----O membro do PSD, David Silva deixa a nota que o associativismo desportivo da freguesia está muito satisfeito com o trabalho deste executivo e com o seu apoio aos clubes que se tem mostrado essencial para que estes possam alcançar os objetivos anuais sobretudo na formação e é com satisfação que vê que esse apoio continua plasmado nas Opções do Plano para dois mil e vinte e cinco.-----

-----Por sua vez, o deputado Carlos Gordinho (PS) afirmou que a principal divergência com o executivo reside nas opções políticas apresentadas. Criticou os valores das taxas cobradas em eventos e serviços e apontou a falta de visão estratégica de longo prazo do documento. Informou ainda que a bancada do PS irá votar contra, apresentando uma declaração de voto, que se anexa à presente ata.-

-----Na sequência destas intervenções, o Presidente da Junta, Bruno Lage, agradeceu as palavras do PSD e do CHEGA e respondeu à bancada socialista, afirmando que as taxas cobradas foram atualizadas e que mesmo assim continuam a ter valores mais baixos do que os praticados por muitas freguesias lideradas pelo partido socialista. Mais acrescentou que estas taxas permitiram que os serviços, sobretudo de saúde fossem direcionados e utilizados por aqueles que mais precisam e que a prova disso é que as consultas isentas de pagamento aumentaram significativamente, estando este serviço a prestar agora um verdadeiro apoio social, junto das pessoas economicamente mais vulneráveis.-----

-----Considerou, no entanto, caricato o posicionamento do PS, alegando a ausência de argumentos válidos para justificar o voto contra. Classificou essa postura como um mau serviço à democracia e uma irresponsabilidade política. Mostrou-se surpreso com a postura do PS e classificou o mesmo como um ato de bipolaridade ou esquizofrenia política, pois ainda na passada semana o membro do PS que marcou presença na reunião de apresentação e negociação das Opções do Plano nada disse contra o proposto no documento, tendo inclusive tecido elogios ao trabalho social desenvolvido por esta Junta de Freguesia. Relembrou ainda que esta foi a freguesia do Algarve que mais investiu e apostou em questões sociais durante o período da pandemia da COVID-19, apelando à honestidade política perante as afirmações proferidas pela bancada socialista.-----

-----Em resposta, o deputado Carlos Gordinho (PS) interveio, afirmando não compreender a indignação do Presidente da Junta.-----

-----O Presidente da Junta voltou a tomar a palavra, apelando aos deputados do PS que votassem em consciência, em nome dos valores de Abril, tendo a certeza que

29
15

alguns não se sentiriam politicamente confortáveis com esta imposição de voto contra. Não porque o documento esteja em risco de ser reprovado, porque já nos apercebemos que vai ser votado favoravelmente por maioria, mas por uma questão de honestidade política e por um bom serviço à causa pública.-----

-----Seguiu-se a votação, tendo o documento sido aprovado com 10 votos a favor (PSD, CDS e CHEGA), 4 abstenções (PS e CDU) e 4 votos contra (PS).-----

-----Seguidamente, deu-se início ao quinto ponto da ordem de trabalhos, com a palavra concedida ao Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage.-----

-----O Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo a honestidade política e intelectual, bem como a postura assumida por alguns deputados do PS na votação do ponto anterior, que reverteram a tendência de voto contra e optaram pela abstenção do documento.-----

-----Em seguida, procedeu a uma breve apresentação do ponto em discussão, referente à apreciação e votação do Mapa de Pessoal da União das Freguesias de Faro (sé e São Pedro).-----

-----Não tendo havido pedidos de esclarecimento, passou-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por unanimidade.-----

-----Seguidamente, deu-se início ao sexto ponto da ordem de trabalhos, tendo sido concedida a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage, para apresentar a Informação escrita do presidente acerca da atividade e situação financeira da União de Freguesias de Faro.-----

-----O Presidente apresentou um relato detalhado dos trabalhos e atividades executados pela Junta, bem como os valores correspondentes a essas iniciativas.-----

-----Após a exposição, o deputado Cristiano Palma (PSD) tomou a palavra para reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelo executivo, destacando a sua responsabilidade pública e a manutenção do equilíbrio orçamental entre receitas e despesas.-----

-----Por sua vez, o deputado Paulo Teixeira (PS) questionou a razão pela qual a Junta de Freguesia não se faz representar no Conselho Local de Ação Social (CLAS).-----

-----Em resposta, a Tesoureira da Junta, Elisabete Vargues, esclareceu que exerce funções a tempo parcial o que impossibilita a sua presença nas reuniões do CLAS, realizadas durante o período da manhã, mas que acompanha toda a atividade desenvolvida pelo CLAS, assim como as atividades de outras entidades da área social tais como a CPCJ, o NPISA e os Sócio-Caritativos da São Luís e de São Pedro. O mesmo foi referido em relação aos Conselhos Gerais dos diferentes agrupamentos onde esta autarquia tem assento.-----

-----Não havendo mais matéria a ser esclarecida, encerrou-se este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----Entrou-se de seguida no Ponto Sete - Apreciação e Votação da ata referente à reunião anterior.-----

-----Nenhum esclarecimento ou pedido de correção foi solicitado em relação à ata da assembleia anterior, sendo, portanto, colocada a votação e aprovada por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu mais uma vez a presença de todos e desejando um Feliz Natal, deu por encerrada a sessão.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Luís Gabadinho)

Luís Miguel de Silva Viant Gabadinho

O Primeiro Secretário

(Delmira Silva)

Delmira Rosa Gaudêncio Cipriano Silva

O Segundo Secretário

(Luciano Santos)

Luciano Santos